

peessoa que possa substituí-lo também tenha uma visão e um olhar para que tenha uma continuidade desse trabalho, dessas ações proativas no sentido de que o Estado do Pará possa cada vez mais melhorar, mesmo diante dessas dificuldades, mesmo diante dessas situações de falta, de dar ao Estado do Pará a sua resposta com o que o Estado oferece à nação.

Que a nação possa ter esse olhar com o nosso Estado. E como foi já citado, decantado pelo nosso Relator, quando o Presidente e agora reafirmado pelo nosso Conselheiro Nelson sobre essa situação que o nosso Estado e isso reflete lá na ponta com os nossos municípios, a dificuldade que o Estado do Pará vem sentindo desta retirada das receitas com a Lei Kandir e tantas outras situações como Vossa Excelência expôs aqui, dos orçamentos que fazem e da falta de repasse para os estados, que isso reflete nos nossos municípios.

Portanto, eu aproveito esse momento, parabênizo a valorosa equipe de servidores, mais uma vez, que com competência, dedicação atuou no desempenho de suas atribuições legais, inclusive vem concomitantemente trabalhando ao longo do ano, do exercício e ante o exposto, acompanho na íntegra o voto prolatado pelo Excelentíssimo Conselheiro Cipriano Sabino de Oliveira Júnior por considerar que o mesmo está de acordo com os princípios norteadores do direito e da contabilidade aplicada à administração pública estadual e federal. Muito obrigada.

Belém, 25 de maio de 2015.

Conselheira Maria de Lourdes Lima de Oliveira

**ANEXO II DA RESOLUÇÃO Nº. 18.711  
VOTAÇÃO**

Voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Odilon Inácio Teixeira:

Bom dia Senhor Presidente, Conselheiros Nelson Chaves, Lourdes Lima, Excelentíssimo Senhor Cipriano Sabino, Relator das contas de 2014.

Cumprimento Doutor Antônio Maria e estendo esses cumprimentos aos outros membros do Ministério Público de Contas aqui presentes. Conselheiros-Substitutos Julival Rocha e Milene Cunha.

Excelentíssimo Senhor Secretário Tostes, em seu nome estendo cumprimentos aos outros Secretários do poder executivo, ao Auditor-Geral do Estado, equipe da Secretaria de Fazenda e Planejamento aqui presentes.

Senhor Presidente, eu fico muito feliz e de certa forma satisfeito ao verificar na relatoria do Conselheiro Cipriano Sabino o esforço do Estado em se adequar e buscar o fortalecimento da gestão fiscal. Naturalmente ao atingir a gestão fiscal responsável que é cumprir metas e respeitar limites, há dificuldades, muito bem retratadas pelo Secretário.

Não é fácil governar. O poder executivo ao executar sua missão, ele se depara com inúmeras dificuldades, o controle interno possibilita um assessoramento para que algumas dificuldades sejam mitigadas ou até eliminadas.

Os números aqui retratados, muito bem trabalhados pela equipe comandada pelo Conselheiro Cipriano Sabino, demonstram que o Estado vem seguindo e se fortalecendo, se aprimorando no planejamento das contas, no planejamento da gestão. Isso me deixa muito satisfeito.

Os cumprimentos de limites, todos, e o atingimento das metas estabelecidas mostram que somos, podemos até dizer, referência para os demais entes federativos, Doutor Tostes mencionou que a divisão do bolo dos tributos que voltam ao Estado, os fundos de participação não levam em conta algumas variáveis. Eu incluíria entre essas variáveis Doutor Tostes, a responsabilidade na gestão fiscal.

Devemos sim premiar aqueles que fazem o seu bom trabalho, e o nosso Estado vem cumprindo isso à risca. Parabéns, estendo esse cumprimento a toda a equipe do poder executivo pelo belo trabalho que vem elaborando à frente do Estado.

Não por acaso, Vossa Excelência foi convidada a integrar a equipe do BID, com todos os méritos que possui. Dito isso, quero cumprimentar Presidente, a nossa equipe, que soube em conjunto com os técnicos do poder executivo, traduzir esses números e elaborar esse trabalho. Estão de parabéns.

Por fim, não me estendendo mais, haja vista que o Conselheiro Nelson e a Conselheira Lourdes, muito brilhantemente já o fizeram e eu me como às palavras ditas por eles, eu acompanho na íntegra o Parecer Prévio de relatoria do Conselheiro Cipriano. Belém, 25 de maio de 2015.

Cons<sup>o</sup>. Odilon Inácio Teixeira

**ANEXO II DA RESOLUÇÃO Nº. 18.711  
VOTAÇÃO**

Voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Presidente Luis da Cunha Teixeira:

Senhores, depois de todas as manifestações dos nossos Conselheiros, e também do Ministério Público, a gente que já vem acompanhando há bastante tempo a realidade do estado, primeiro durante 20 anos no legislativo e 5 anos aqui. No legislativo os debates eram calorosos, porque a gente estava sempre convivendo com o contraditório, com viés político. E se discutia essa questão fiscal do Estado.

E hoje apesar de tudo, de ainda termos que lamentar por alguma

coisa que ainda não foi feita, mas nós temos que festejar, como bem já foi dito pelos nossos Conselheiros, e também pelo nosso Secretário. A nossa situação fiscal controlada, que nos deixa em uma situação privilegiada no cenário nacional.

Importante registrar a nossa indignação, pela política perversa que maltrata o Estado do Pará. Que nos tira quase 3 bilhões de reais ao ano com as desonerações, pelo que foi dito pelo nosso Secretário José Tostes. Isso é uma maldade. Um Estado que contribui tanto para que o país tenha uma situação confortável na Balança Comercial. Mas ao mesmo tempo é massacrado e como bem disse o Conselheiro Odilon, a gente deveria receber um prêmio por cuidar bem dos nossos recursos.

Então Doutor Tostes, extensivo aos Secretários que estão aqui. Doutor Colares do planejamento, Roberto Paulo Amoras. Tomei conhecimento no dia 19 que o Doutor Colares, Secretário de Planejamento, estava na nossa região, Capanema. Fazendo um debate público sobre o PPA. A gente tem que receber com alegria uma notícia dessas.

O Governo indo ao encontro da população, discutindo com a população o seu planejamento para os 4 anos, como vai aplicar o dinheiro público, e sentindo da população o que é prioridade. Como os recursos são finitos, vamos escolher as prioridades. Eu fiquei muito feliz, quero cumprimentar o Doutor Colares pelo sucesso da reunião, que ocorreu em Capanema, e atendeu toda nossa região, eu tenho todas as informações do que aconteceu, parabéns a Vossa Excelência e equipe.

Queria me dirigir ao Doutor Amoras aqui. Formular um convite a Vossa Excelência, e que Vossa Excelência fosse um estimulador desse convite, pudesse reproduzi-lo a todas as Secretarias de Estado, todos os órgãos da administração direta e indireta.

Todos vocês já receberam ou vão receber o convite para o nosso Fórum. Faremos o maior de todos, espero que o melhor também. Não querendo que neste momento seja o maior ou o melhor, não, é que é o nosso dever fazer melhor e maior, aperfeiçoá-lo. Teremos 4 ministros de Estado e um capítulo dedicado ao controle interno. E teremos o privilégio de ter aqui, o Ministro que passou mais tempo na pasta do Controle Interno Brasileiro. Que é respeitado por todos nós e ele será palestrante nosso. Se a gente pudesse ter um, pelo menos um, se puder ter mais de 1, melhor ainda, que eu sei que não é fácil, conseguir deslocar por 3 dias um servidor, bem qualificado de qualquer secretaria, para participar de um evento.

O evento acontecerá dia, nos dias 24, 25 e 26 no próximo mês de junho. Estamos em parceria com o Ministério Público de Contas do Estado e também o Ministério Público junto ao TCM, vamos nos apresentar pela primeira vez em conjunto com o Tribunal de Contas dos Municípios em uma ação verdadeira, forte, uma ação conjunta no sentido de fortalecer o controle externo paraense. Teremos a OAB como nossa parceira, teremos o Conselho Regional de Contabilidade. E pela primeira vez o TCU aceitou, participa efetivamente com a sua logomarca neste Fórum.

E tivemos o cuidado, a coordenação da Conselheira Lourdes Lima, de fazer um trabalho grandioso e acho que traremos aqui os melhores palestrantes do Brasil no momento, nesta área do controle externo e do controle interno. E um deles, o maior doutrinador que temos no momento, Doutor Jacoby, também estará presente.

É a primeira vez que um Ministro do Supremo Tribunal Federal participará do nosso evento. Então só temos que festejar antecipadamente. E o Doutor Amoras faz parte do evento, Vossa Excelência já foi convidada em uma das mesas, então isso é maravilhoso.

Eu estou dizendo isso porque a gente sabe que os recursos são poucos. É por isso que eles têm que ser administrados com muito cuidado. Bem distribuídos, e nós temos que levar essa mensagem preventiva, orientativa aos gestores do estado e dos municípios, e dos municípios. Que não estão se dando conta, principalmente nos municípios, que os recursos estão diminuindo. E o Secretário confirma isso.

Se para o Estado a perda é grande, imaginem para os municípios. Portanto, este evento vai ser o grande momento do controle externo paraense, uma ideia que está consolidada, pensada pelo Eminentíssimo Conselheiro Nelson Chaves, e a gente vai agora, mais uma vez, pela sétima vez, realizar este evento. Então fica o convite a todos.

E dizer que eu estou muito feliz com esta Sessão. Porque não é simplesmente uma Sessão técnica da Corte de Contas junto com Ministério Público. Estamos aqui nos manifestando sobre o Parecer Prévio das Contas do Governador do Estado referente ao exercício de 2014.

É também um aprendizado, cada um de nós sai daqui mais culto, mais bem informado, interessado, isso é muito importante. Eu quero festejar este momento, que a Constituição nos impõe, a nós Tribunal de Contas e ao Governador do Estado.

E por fim, Doutor Tostes, novamente, muitíssimo obrigado. Esta Corte reconhece o seu valor, como brasileiro, como cidadão consciente, servidor público exemplar, comprometido com a causa pública, o legado de Vossa Excelência já está registrado e o tempo vai mostrar tudo isso para os que vierem depois do senhor.

Foi um momento feliz para o Estado do Pará, para a administração pública e a gente sai daqui desta Sessão hoje, bastante aliviado, cumprimos a nossa obrigação, mas sabemos que o nosso Estado ainda é um dos melhores em relação à situação fiscal. Acho que o melhor. Isso mostra que é possível a gente conseguir resolver os problemas do Estado do Pará.

No meu discurso de posse Doutor Tostes, eu disse assim, olhando para o Governador, para a Presidente do Tribunal de Justiça na época, Desembargadora Nádia, para o Procurador-Geral de Justiça Marcos Antônio, Doutor Antônio Maria Cavalcante que estava na mesa e para o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Márcio Miranda. Este é um momento feliz das instituições, porque nós nos conhecemos. Eu tenho a honra de dizer que eu fui colega do Governador.

Ele era Secretário de Planejamento e eu Secretário de uma Secretaria pequena, na época com nome de fundação, que administrava os terminais rodoviários. Ele era o pensador da gestão do Estado naquele momento, e o Governador Almir Gabriel executava a gestão. Eu quero dizer Doutor Colares, que lhe conheço daquele tempo, foi meu colega no Conselho Estadual de Transporte, eu admiro Vossa Excelência desde lá, servidor exemplar, dedicado, comprometido, então aquilo foi uma escola para mim.

Hoje a gente chega em um momento da experiência e da maturidade, consciente do nosso papel que temos que cumprir. Então eu acredito no Estado do Pará, vejo que é possível a gente reverter esse quadro, o Estado está em ordem, agora a gente deve fazer o enfrentamento dos problemas, foi isso que eu pedi às instituições.

Nenhuma pode travar a outra. A gente tem que sentar à mesa, discutir o problema e encaminhar as soluções e da parte do TCE Pará, sei que é o mesmo entendimento do Ministério Público de Contas do Estado do Pará de estar à disposição para colaborar, para encaminhar as soluções. Eu queria só anunciar para vocês que o Colegiado vive um momento feliz de unidade. Pacificamos as coisas aqui dentro da Casa, o clima e extremamente favorável para as mudanças.

A gente está no forno, com duas ações importantes, uma delas um concurso público. Para suprir uma necessidade do controle externo. Vamos incentivar, valorizar, fortalecer o controle externo. O outro, que eu considero o projeto mais importante que deveremos fazer no momento, que é o processo eletrônico. Caminho sem volta. Isso vai também induzir uma nova feição na gestão pública estadual. E o Doutor Tostes já comentou comigo, muito importante, muitíssimo importante, está no forno, vai sair. E eu sei que a partir daí o Tribunal vai estar pronto para ajudar a sociedade paraense porque vai acompanhar com maior eficiência em tempo real a execução orçamentária do Estado, das políticas públicas. Nós estamos incomodados de estar examinando processos antigos, em papel aqui na Casa, isso nos incomoda. Vamos vencer isso, esse passivo e acompanhar em tempo real, fazer um trabalho concomitante. Então o Tribunal no momento está pensando assim, e eu tenho tido apoio de todos os Conselheiros, servidores, a gente caminha nessa direção.

Tudo me leva a crer que da parte do TCE nós vamos fazer, vamos fazer. Eu quero com muita tranquilidade manifestar o meu voto favorável ao Parecer muito bem elaborado pela equipe técnica coordenada pelo Eminentíssimo Conselheiro Cipriano Sabino, recomendando a aprovação das contas do Governador do Estado do Pará, Doutor Simão Jatene, que será encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado do Pará.

Belém, 25 de maio de 2015.

Cons<sup>o</sup>. Luis da Cunha Teixeira

**ANEXO III DA RESOLUÇÃO Nº. 18.711  
RECOMENDAÇÕES**

Apresentam-se, a seguir, as recomendações formuladas, classificadas como reiterada (aquela formulada em exercício anterior à prestação de contas de 2014, mas não atendida ou atendida parcialmente) e nova (aquela formulada em razão das ocorrências verificadas na prestação de contas do exercício de 2014), sendo, portanto 14 reiteradas e 20 novas, totalizando 34 recomendações.

QUANTO AO MAPA DE EXCLUSÃO SOCIAL

1	Que seja realizada a efetiva coleta de dados, direta ou indiretamente, para fins de elaboração de indicadores que reflitam tempestivamente o quadro de Exclusão Social do Estado, com a devida desagregação geográfica, em atenção à Lei nº 6.836/2006;
2	Que, em cumprimento ao que dispõe a Lei nº 6.836/2006, art. 5º, parágrafo único, faça constar, no Anexo de Metas Sociais integrante do Projeto de Lei Orçamentária Anual, a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;